

ARTIGOS

AS MODERNIDADES CINDIDAS: UM ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE SURGIMENTO DO CAMPO PSICOLÓGICO MULTIPLICIDADE

THE DIVIDED MODERNITY: A STUDY ABOUT THE CONDITIONS OF THE POSSIBILITY OF THE PSYCHOLOGY IN ITS OWN MULTIPLICITY

Arthur Arruda Leal Ferreira *

RESUMO

Procura-se, aqui, saber por que a Psicologia, mesmo almejando-se científica, possui uma multiplicidade de orientações, sem que nenhuma saia vencedora, ou, ao menos, perdedora. Sem se ater à qualquer juízo epistemológico sobre a cientificidade da Psicologia, o que se busca aqui é a constituição de modelos que dêem conta deste estado de coisas. Inicialmente postula-se um modelo sincrônico e descritivo deste quadro da Psicologia, batizado de máquina de múltiplas capturas. Sugere-se aqui que as diferentes Psicologias representam diversos modos em que práticas sociais são acopladas a conceitos científicos que, com este poder de ser ciência, retornam às práticas sociais, produzindo subjetividades. Para explicar o funcionamento destas máquinas, é constituído um modelo diacrônico que visa buscar as condições históricas destas múltiplas capturas na modernidade, onde são inventadas diversas cisões como as existentes entre: homem X natureza; indivíduo autônomo X controlado; sujeito empírico X transcendental, passíveis de várias combinações

PALAVRAS-CHAVE

História da Psicologia; modernidade; filosofia da Psicologia

INTRODUÇÃO

Quem se depara com algumas peculiaridades do saber psicológico não pode deixar de se colocar algumas destas questões:

1) Por que existem tantas Psicologias (sistemas, projetos, escolas, teorias, hipóteses, orientações práticas, marcas autorais etc.), não concordando os psicólogos nem quanto à definição da Psicologia?

2) Por que não ocorre, como nas ciências naturais (ou duras), o predomínio de um projeto científico sobre os demais?

3) Por que não ocorre, ao menos, a refutação de uma das tendências presentes no espaço psicológico, em que esta se mostre falsa, ou ao menos ineficaz?

4) Por que neste espaço proposições com condições e conseqüências tão opostas

se sustentam?

5) Por que estas contradições se mantêm, ainda que o apelo à investigação empírica seja tão rigoroso e extenso como nas ciências naturais?

6) Por que as psicologias, mesmo as que buscam uma fidelidade mais estrita aos cânones das ciências naturais (seus métodos, seus modelos), não são sempre reconhecidas por estas, nem pelas epistemologias que as sancionam?

7) Por que as práticas psicológicas mais diversas, positivadas em investigações empíricas das tendências mais díspares, se sustentam, ainda que apontem para as técnicas e finalidades mais divergentes?

8) Por que todas as psicologias conseguem colher provas empíricas, práticas e argumentativas contra as demais e a favor de si?

9) Por que os psicólogos não resolvem estes impasses ao tomar conhecimento de novas epistemologias, modelos e metodologias científicas, sendo que em nenhum outro saber se discute tanto sobre epistemologia, metodologia, ou modelos científicos?

Enfim:

10) Por que a psicologia tende a satisfazer seu público, dividir cientistas, filósofos e epistemólogos, e conduzir as suas partes ao conflito?

Simplificando ao extremo, duas abordagens são possíveis na tentativa de responder a essas questões. A primeira, a epistemológica, buscará, através de uma abordagem normativa, distinguir na história das ciências o progresso na direção de uma verdade, ou, ao menos, um maior distanciamento dos erros e ilusões primeiras. Já a segunda abordagem não tentará separar doxa de episteme, entendendo a verdade não como um ideal regulador dos saberes, mas como efeito de uma determinada configuração histórica, no jogo de suas possibilidades. Aqui encontramos por exemplo a história das mentalidades, as arqueologias e genealogias foucaultianas e a antropologia das ciências de Bruno Latour (1994). O que diferencia as duas abordagens é a ausência no segundo grupo das idéias reguladoras de verdade e progresso. Com isto, o grupo epistemológico toma a dispersão da psicologia para condená-la por sua falta de cientificidade e sugerir a sua possível redenção utópica num futuro em que a prática científica seja mais bem observada. O segundo grupo, mais além da epistemologia, põe o ideal de verdade entre parêntesis, descrevendo apenas as condições de possibilidade históricas da Psicologia, dos jogos de verdade que a tornaram possível.

Na verdade, a psicologia não carece de uma abordagem científica, sofrendo, por seu excesso, dado as sucessivas importações de modelos oriundos das mais diversas

ciências naturais. Esta utopia epistemológica não apenas não rende a pacificação da Psicologia, como pelo contrário, amplia a sua dispersão, pois os modelos científicos e as orientações metodológicas importadas das ciências naturais são bem diversas, dando ensejo a escolas e sistemas bem diferentes.

De mais a mais, esta aplicação do receituário científico não garante a verificação, ou ao menos a superação de um projeto psicológico em prol dos demais; apenas reforça a tensão no interior deste saber em que cada orientação se arma das provas que ela mesmo se dá contra as demais. Se a obediência a este decálogo epistemológico não garante a pacificação desta dispersão, resta compreendê-la, pondo entre parêntesis os ideais de verdade, progresso e unificação.

Portanto, dentre as duas orientações gerais expostas, este trabalho se orientará para muito além das epistemologias, buscando a compreensão da dispersão psicológica através das condições de possibilidade desse saber, ainda que na configuração do modelo histórico-explicativo, contribuições epistemológicas sejam bem vindas. Dois modelos serão propostos para explicar esta dispersão do campo psicológico: um modelo sincrônico e descritivo, a Máquina de Múltiplas Capturas e um outro dicrônico que explicaria historicamente o primeiro, o das Modernidades Prismáticas. Começemos pelo primeiro.

A MÁQUINA DE MÚLTIPLAS CAPTURAS

Talvez o aspecto de distinção a Psicologia e as Ciências Humanas das ciências naturais não esteja nos fundamentos desses saberes ou na sua metodologia, mas em seus efeitos. Daí, cabe saber: a quem fala a Psicologia? Sobre o que fala a Psicologia? Esta dupla pergunta, em nada ingênua, remete a uma mesma resposta: todas as PsicoLOGIAS visam falar do humano, em sua relação com o mundo (os animais, quando abordados pela Psicologia só o são em comparação com os seres humanos, de modo muito diferente da etologia).

Cada corrente da psicologia irá definir os termos e essa relação com o mundo de um modo bem próprio. Talvez, o que explique a pluralidade das psicologias é que estas, ao falar do homem como se este fosse um ente natural passível de ser descrito a partir de um conjunto de leis e princípios fundamentais, acabam por produzi-lo, inventá-lo, ao tentar defini-lo. Pois que aquele que fala não é o mesmo de quem se fala? Por sermos

seres falantes, tudo o que puder ser dito sobre nós preenche nossa infinda indefinição, muda a “nossa natureza”, fornece-nos um quadro, uma imagem.

Enquanto nós podemos mudar em função de que nos é dito, o mundo físico permanece insensível aos nossos apelos, consentido, no máximo, em legitimar a operacionalização de nossas teorias. Uma bela poesia pode seduzir uma mulher, mas a mais elaborada elegia jamais fará um pôr-do-sol, um jacarandá, ou uma locomotiva mais plenos de si. Aqui, há um problema que parece ferir o princípio da objetividade científica: como se pôr de fora, no exterior de um discurso, em que somos ao mesmo tempo os seus sujeitos e seus alvos?

Na Psicologia, a estratégia, ainda que não deliberada, é objetivar, “objetar” o sujeito; constituindo uma imagem deste enquanto um “algo”, que se possa reconhecê-lo “fora”, tomando-o à imagem e semelhança de um objeto, e de preferência um objeto cientificamente já reconhecido. A Psicologia irá sempre tomar o psicológico à imagem e semelhança de um objeto científico já construído, sem que isso garanta o reconhecimento científico pelas ciências inspiradoras. É deste modo que a psicanálise tomará o psiquismo como um jogo de forças, próprio da física dinâmica; o behaviorismo, a nossa conduta como um conjunto de espécies em busca de adaptação; e o cognitivismo, os nossos processos superiores, enquanto módulos informacionais. O que a Psicologia acaba realizando, na busca de sua cientificidade, é apropriar-se de imagens, metáforas, objetos, métodos e questões, capturando-os a fim de se pôr à distância do sujeito, objetivando quem enfim conhece.

Contudo, resta uma questão: se todas são eficazes, por que algumas perecem ao sabor da moda? Pode-se pensar, de início, no poder de divulgação que alguns sistemas elaboraram como a psicanálise, que se disseminou fora do espaço exclusivamente acadêmico, penetrando de modo mais direto na nossa vida comum. Contudo, pode-se igualmente pensar que estes saberes não planam num mundo teórico; eles possuem ressonância enquanto práticas, com todo um conjunto de modos de subjetivação já existentes na sociedade. Ou seja, as práticas discursivas da Psicologia surgem dentre as várias “tecnologias de subjetivação” próprias de nossa sociedade, para se porem, em um segundo momento, como ajuizadoras, por seu poder de verdade, das demais práticas.

É desta maneira que a Psicologia do desenvolvimento origina-se a partir da invenção da infância, como um frágil período de nossa vida, em que devemos nos manter longe da corrupção do mundo adulto. Surgida sob esta perspectiva religiosa no século XVI, a escola será este espaço de proteção à infância recém-criada, em nome da

qual será produzida mais tarde (século XIX) uma Psicologia, julgadora do certo e errado de nossas práticas escolares. Tal processo se encontra brilhantemente descrito por Philippe Ariés no seu *História Social da Criança e da Família* (1979). De igual modo, o behaviorismo nasce parelho a todo um conjunto de técnicas racionais de divisão e controle do trabalho (como por exemplo, o taylorismo), retroagindo sobre estas, a fim de julgar sua eficácia.

Se o céu da psicologia pode ser o das teorias científicas, o seu solo é o das práticas sociais. E justamente, por seu caráter meio divino, ungido pelo poder de ser ciência, é que ela não vai ser apenas uma dentre as práticas, mas “a prática”, abençoada pelo rigor de sua suposta cientificidade. Mas o que fazer se são muitas as alternativas, muitos os “messias” no trânsito entre o divino científico e as incertezas de nossas vidas? Ou acolhemos uma certa alternativa dentro da amostragem do campo psicológico, ou nos abrimos à própria pluralidade que o campo aponta.

A maneira aqui proposta de compreender todo este processo é supor o funcionamento das psicologias à moda de uma máquina (assim chamada por possuir um mecanismo, uma lógica) de múltiplas capturas (tomadas de modelos científicos e de muitos modos de subjetivação). Tal máquina operaria em três fases que se retroalimentam, retroagem sobre si.

Assim, num primeiro momento, toma-se uma imagem científica (seja da física, da biologia, ou da informática) em consonância com um conjunto de práticas sociais. Em um segundo momento, tal imagem, ungida pelo poder de sua inspiração científica, decalca-se sobre os sujeitos, reordenando num terceiro instante o conjunto de suas práticas, de onde ela mesma surgiu. Pode se visualizar este modo de funcionamento no behaviorismo e na Psicologia do desenvolvimento, tal como anteriormente esboçado. Resta saber, como surge este mecanismo que faz cruzar conceitos científicos e práticas sociais: que anomalia histórica faz com que estas entidades tão bem demarcadas na nossa modernidade venham a se misturar objetivando os múltiplos sujeitos e indivíduos da Psicologia? Este é o tema da próxima seção.

AS MODERNIDADES PRISMÁTICAS

A tese aqui proposta sugere que o campo psicológico é uma invenção moderna, balizado pela invenção de uma série de personagens cindidos como homem X natureza,

indivíduo autônomo X controlado e sujeito empírico X transcendental, pares passíveis contudo, de reagrupamento. Antes de tudo impõe-se estabelecer o que se entende por modernidade. Três teses sobre a modernidade são aventadas neste trabalho:

A) **Não existe uma única modernidade**, mas tantas quantos os referenciais, os valores presentes, as cronologias, seus cortes, seus termos, personagens, condições de surgimento e efeitos. A modernidade implica nossa atualidade como referencial.

B) **Toda modernidade se manifesta de modo complexo**, ou seja, sempre é marcada por uma cisão ou bifurcação de valores ou termos. Jamais se dá de modo homogêneo e, portanto, não carece de uma contemporaneidade ou uma pós-modernidade que lhe forneça uma alternativa. Ainda que busquem uma purificação, uma alternativa única, elas são marcadas por uma hibridação de termos e valores.

C) **Todas psicologias se interpõem nas dobras ou cisões da modernidade**, ocupando um espaço intersticial (o campo psicológico), balizado pelos termos das alternativas modernas.

São muitas as clivagens trazidas pelas modernidades: adultos X crianças, razão X loucura, afirmação X crítica do eu, público X privado. Apesar da importância que estas e outras cisões possam ter para a gênese do campo psicológico, as existentes entre homem X natureza, indivíduo autônomo X controlado e sujeito empírico X transcendental é que seriam capitais. Acompanhemos passo a passo a sua constituição moderna e progressiva contribuição para balizamento do campo psicológico.

CISÃO ENTRE HOMEM E NATUREZA

Quanto a esta cisão, dois grandes modelos são propostos para se descrever esta suposta oposição moderna: o de Bruno Latour expresso em *Jamais fomos modernos* (1994) e o de Michel Foucault, presente em *As Palavras e as Coisas* (1966). Para Latour, a modernidade se constitui no século XVII na tentativa de clivagem e purificação de entes humanos e naturais. Os entes humanos tornaram-se a partir de então assunto da política, tendo a sua representação nos parlamentos, enquanto que os seres naturais passaram a ser tema das ciências, sendo representados nos laboratórios. Segundo Latour, o marco histórico desta clivagem pode ser encontrado na discussão sobre o vácuo que opôs Boyle e Hobbes. O primeiro sustentou a existência do vácuo apelando para uma nova forma de testemunho, mais poderoso que o de cidadãos dignos,

os experimentos laboratoriais. Hobbes por outro lado, tentou negar a existência do vácuo apelando para uma teoria dedutiva geral que servisse para unificar o reino inglês esfacelado em guerras civis.

Apesar da discussão de Hobbes sobre o vácuo, sua principal herança foi a sua filosofia política sobre o Estado, em que todos os cidadãos estariam representados pelo rei. Apesar de Boyle ter produzido escritos políticos, perseverou entre nós apenas a sua contribuição científica e a invenção dos laboratórios como os nichos da verdade dos entes naturais. Contudo, a modernidade produziria como efeito colateral desta tentativa de purificação a proliferação dos híbridos, seres com marcas ao mesmo tempo humanas e naturais. Apesar de não ser abordada por Latour, a Psicologia pode ser vista como um dos muitos híbridos colaterais, multiplicados por este esforço de segregação moderna, uma vez que ciência e humana ao mesmo tempo. É desta forma que a Psicologia é recusada pelos cientistas e epistemólogos, por ser por demais plural em suas vertentes e escolas, ao mesmo tempo que desdenhada pelos humanistas por seu pretense naturalismo, desagradando todos os puristas de nossa modernidade. O processo sugerido por Latour poderia se resumir em: Hibridação pré-moderna primeira – Esforço de Purificação moderna – Hibridação moderna diferenciada e potencializada, da qual a Psicologia faria parte.

Em Foucault, as etapas são algo diversas e cronologicamente mais tardias: haveria primeiro a constituição do Homem como objeto empírico pela biologia (vida), economia (trabalho) e filologia (linguagem), ao final do século XVIII. Este homem empírico é alçado à categoria de ente transcendental pelas filosofias antropológicas (positivismo, dialética e fenomenologia), duplicando o que já havia sido estabelecido no domínio empírico. As Ciências Humanas restituiriam o jogo de representações pré-modernas e clássicas, ao reduplicar a relação entre estes dois domínios, o transcendental e o empírico, estudando como a vida, o trabalho e a linguagem são representados em uma consciência. O processo poderia ser aqui esquematizado como Invenção do Homem como Objeto Empírico nas Ciências do Homem – Duplicação Transcendental nas Filosofias Antropológicas – Reduplicação Representacional nas Ciências Humanas. Múltiplas duplicações e não cisão e fusão potencializada, como sugere Latour. O que diferencia estes dois modelos?

Notadamente os seus alvos, pois se Latour visa à separação entre Ciência e Política, na busca moderna de purificação, Foucault parece tratar de algo posterior: o esforço de colonização da ciência em direção a este objeto distanciado no esforço de

cisão, o Homem, alvo da moral, da política e do direito. Do mesmo modo que mais tarde, Foucault, no período genealógico de sua obra (anos 70), tratará do movimento inverso, da extensão, ou da produção das Ciências Humanas a partir da administração política dos corpos.

Esta hibridação pós-cisão entre um domínio humano e outro natural é o que explica o curto-circuito presente no Modelo da Máquina de Múltiplas Capturas entre práticas científicas e práticas sociais. É assim que a psicologia reduplica, hibrida o empírico no transcendental, metáforas científicas em imagens de homem. Assim, poderíamos ter no cognitivismo, por exemplo, uma visão racionalista de homem, de cunho cartesiano, concretizada numa metáfora computacional. Ou, na Psicologia behaviorista, uma visão ambientalista do homem encarnada numa biologia da adaptação. Ou ainda, na psicanálise, o cruzamento de uma concepção desejante do homem com os circuitos energéticos do aparelho psíquico, marcado pelo princípio de entropia. Explicado como se produz o curto-circuito entre as práticas científicas e sociais, entre homem e natureza, resta explicar como é possível que esta conexão produza tantas individualizações e tantas subjetivações. Para isto recorreremos a outras duas cisões.

CISÃO INDIVÍDUO AUTÔNOMO X INDIVÍDUO CONTROLADO

Quanto à constituição do indivíduo através de seus mecanismos de controle a fonte é quase que exclusivamente foucaultiana, no desdobramento de seus diversos modelos genealógicos (ao longo dos anos 70), tendo como alternativa única o trabalho de Luís Cláudio Figueiredo, de resto inspirado no próprio Foucault. A máxima deste período genealógico que conjuga saber e poder vai conduzir à sugestão de que o indivíduo, como figura de saber, é produzido pelo poder na forma disciplinar, através de sua prática de verdade: o exame. Contudo, Foucault em alguns textos como *Soberania e Disciplina* (1982), sugere que as Ciências Humanas não são frutos lineares do aparato disciplinar, mas que são produzidas na interface deste com o poder soberano, produtor do sujeito jurídico. O indivíduo soberano jamais poderia se tornar objeto de um saber, uma vez que fonte da legalidade e gerador de um sujeito autônomo. Na verdade haveria uma duplicidade de indivíduos: o soberano que não faculta um saber sobre si e o disciplinar, que é produzido através do exame. Se o poder disciplinar, através do exame

dos indivíduos, gera (em si ou em conluio com o poder soberano) a Psicologia e as Ciências Humanas, o biopoder produz a população como objeto e as Ciências Sociais como forma de saber. Contudo, mais um passe de miscigenação será dado por Foucault ao propor, no crepúsculo do período genealógico (final dos anos 70), o poder pastoral, como forma de poder que gera a individualização e a totalização próprias dos Estados Modernos (*O Sujeito e o Poder*, 1995b).

Figueiredo parece tratar da questão de modo mais direto nos anos 80 em artigos como Um capítulo na história do conhecimento científico: a metodologia experimental de caso único (1985) e Novas reflexões acerca da teoria do conhecimento psicológico (1986), artigos de inspiração foucaultiana, em que opõe o indivíduo soberano inventado pelo romantismo e liberalismo, ao controle instituído pelas disciplinas. Em outro livro mais tardio, *Modos de subjetivação no Brasil* (1995), Figueiredo tomaria o indivíduo soberano do liberalismo e romantismo como sujeito, ao passo que os sujeitos produzidos nos controles disciplinares responderiam à categoria de meros indivíduos. Como conciliar estes dois pontos de vista: um que supõe a pré-existência dos indivíduos ao poder disciplinar (como opera Figueiredo), e outro que vê a sua gestação justamente nele (como sugere Foucault)?

O que as disciplinas e o poder pastoral fazem é inventar o indivíduo enquanto objeto de saber na modernidade tardia (final do século XVIII). Até então, o veto aristotélico contra uma ciência do particular perseverava. Se o indivíduo como alvo do conhecimento não existia, este contudo, como fonte jurídica, já se fazia presente nas manifestações iluministas, liberais e românticas, próprias do poder soberano. Daí que Figueiredo (1985) sustente que este sujeito soberano não é alvo e condição suficiente da Psicologia, enquanto saber sobre o indivíduo; é necessária também a participação das disciplinas.

Pode-se, a partir daqui, de igual modo estabelecer uma das tensões que opera como bússola no campo psicológico: como submeter a controle aquilo que se estabelece como condição de autonomia e liberdade jurídica? Deste modo, ou uma determinada teoria, prática ou sistema psicológico valorizará mais o indivíduo em sua suposta autonomia soberana, ou tomará mais como referência a disciplina, seja em nome da Sociedade, do Estado, ou do Bem-Comum. Ou se parte do indivíduo autônomo em direção às disciplinas, como procedem as PsicoLOGIAS humanistas, ou se parte das disciplinas para a constituição do indivíduo, como realiza o behaviorismo. A Psicologia se situaria num espaço político entre o indivíduo autônomo do iluminismo /soberania

(fonte do poder) e o indivíduo sob controle das disciplinas (alvo dos poderes). A psicanálise seria um bom exemplo de uma posição híbrida entre estas duas possibilidades extremas. Ela estaria, como lembra, Ribeiro (1993) entre a Lei soberana e a Norma disciplinar. Sua atuação também está além da simples busca de autenticidade (melhor seria falar de singularidade) do indivíduo, ou de controle e normatização deste.

SUJEITO EMPÍRICO X SUJEITO TRANSCENDENTAL

Esta última cisão moderna entre é encontrada no domínio do que Foucault chamou de ética, ou do cuidado de si, dando conta dos processos de subjetivação processados ao longo da história, desde a antigüidade pagã. A consideração da antigüidade pagã operaria aqui como uma contra-prova da universalidade de nosso modo de subjetivação atual, baseado numa hermenêutica de si, em que buscamos desbastar na densa floresta da subjetividade, a cidadela do verdadeiro eu, “o eu de todos os eus“. Contudo, esta busca não faz o menor sentido para a antigüidade greco-romana, cuja ética não estava atrelada ao imperativo do ‘conhece-te a ti mesmo’, mas do ‘cuida-te, fazendo de si uma bela existência na evanescência de uma vida’. Em outras palavras, não há hermenêutica de si, mas estética da existência; não há revelação, mas construção de um eu. E estes “eus artificialmente fabricados” em nada remetem às acepções atuais deste termo. Para Jean-Pierre Vernant (1990), os gregos não possuiriam uma noção de eu enquanto interioridade ou personalidade, apesar deste existir no discurso da primeira pessoa, nos feitos de um indivíduo como os magos e guerreiros e na oposição entre público e privado (mas não há contudo a oposição interno-externo ao indivíduo).

A invenção da interioridade individualizada e da hermenêutica como instrumento de verdade só serão processados a partir do cristianismo. Aqui começam a ser formados os termos básicos para a constituição do cuidado de si atual, ao menos quanto ao seu objeto e ao seu processo. Segundo Vernant, neste momento surge a figura do homem santo, que se destaca da comunidade, a fim de buscar Deus no interior de seu verdadeiro eu, tendo, para tal, que estar atento às armadilhas do demônio. Dentre elas, a adoração do próprio eu: trata-se de uma introspecção sem qualquer possibilidade de apego. Este modo de vida, lentamente produzido no seio da vida religiosa, irá se propagar ao longo de todo o tecido social na modernidade: esta reflexão inicial sobre o sujeito irá se alastrar no interior das práticas culturais, instituições e hábitos individuais

(conferir Bezerra, 1989, p.227). E com algumas inversões de signos: o próprio eu, impedido de ser cultuado na ética dos primeiros cristãos, tendo em vista a purificação do indivíduo, passará a se tornar uma finalidade em si na modernidade, configurando-se como a nossa riqueza mais íntima e preciosa. Na passagem para a ética moderna há, pois, uma mudança de finalidade. E também, o exame de si, outrora exercido através de instrumentos religioso-jurídicos, cede aos aparatos jurídico-científicos modernos. Portanto, mudam igualmente as técnicas deste novo cuidado de si.

A divergência entre as fontes históricas utilizadas aqui inicia-se aqui, nos limiares da modernidade. A origem da divergência diz respeito a uma interpretação sobre Descartes. Para Foucault (1995b, p.277), a grande novidade deste filósofo estaria em desvincular, pela primeira vez na história, a busca da verdade das práticas ascéticas: o correto uso da dedução, independente da retidão moral, seria suficiente para encontrá-la. É esta a impressão que se tem ao se lidar com os seus textos filosóficos maiores, o que não é muito próprio do procedimento de Foucault, sempre lançando a luz sobre personagens e textos menores. Contudo, este procedimento nominalista é o que realiza Latour (1998), ao tomar a correspondência de Descartes, bem como a dos primeiros cientistas que começavam a despontar no século XVII. Nestes textos menores poderá ser observada a busca de um extremo cuidado com o corpo e um conjunto de procedimentos próprios das primeiras sociedades de pesquisa, que remontam às sociedades de corte. Esta visão de Latour é em tudo congruente com a de Figueiredo (1996), para o qual a modernidade teria em Descartes um de seus marcos nas práticas de ascese, cisão e expurgo de partes do eu, visando a constituição de um sujeito epistêmico como um fundamento, apto a lidar com as flutuações céticas da opinião, próprias do “endiabrado século XVI”. Processo, ainda segundo Figueiredo, análogo ao operado no interior das sociedades de corte, na cisão entre um domínio público e outro privado¹. Processo de cisão e expurgo que também seria paralelo ao que é descrito em escala macrossocial por Foucault em seu único texto ético sobre a modernidade, a *História da Loucura* (1992): trata-se da Grande Internação, realizada a partir de 1650; aqui seria aberta uma distância irreversível entre Razão e Desrazão, que teria sido mínima durante o Renascimento. A tese de que a modernidade teria sido o período de grandes cisões no domínio da subjetividade é de resto endossada por Philippe Ariés (1979): aqui se instalaria também o fosso entre pobres e ricos, crianças e adultos; a massa uniforme da Idade Média começa a se segregar em departamentos estanques. Nesta seqüência de segregações são expurgados a loucura, a infância e um mundo privado, restos que a

Psicologia tomará ativamente como alvo, tentando reconectá-los a uma experiência comum.

Como esta segregação se processa no cerne de uma interioridade, que vai se tornando domínio comum na modernidade? Uma indicação pode ser tomada na própria obra de Descartes, nas suas diversas cisões. Na obra deste filósofo, demarca-se uma série de rupturas ontológicas paralelas: no domínio da natureza entre a humanidade e os demais seres (em que somente a primeira possuiria, junto com Deus, a presença da substância inextensa, ou o pensamento). E no âmbito do indivíduo, entre corpo (extenso) e alma (inextensa). No interior desta última região, a alma, é possível estabelecer uma distinção entre o espírito enquanto cerne de toda inteligibilidade, razão e consciência, onde o eu faz a sua morada, e uma região fronteira deste espírito, situada na interseção com o corpo: as paixões². As epistemologias, no trato com o método, e tendo a verdade como meta, nasceriam mais tarde desta primeira região, dando conta do sujeito epistêmico, ao passo que as Psicologias dois séculos depois ocupariam a região de incerteza, das paixões, sendo herdeiras do sujeito empírico. Esta diferença de domínios se amplia quando em Kant, este sujeito racional, ‘sujeito de todos os sujeitos’ torna-se transfenomenal. Contudo, a psicologia pretende ser mais do que a descrição de nossas vivências imersas em um mundo de ilusões: busca se dar no trato com a experiência imediata todos os rigores de uma experiência cientificamente mediada. É deste modo que a Psicologia, de modo suplementar, tenta unir aquilo que a modernidade tentou cindir: o sujeito transcendental ou epistêmico e o sujeito empírico, impuro, ou “sujeito”. A questão torna-se então: como estudar sob os rigores do método aquilo que foi excluído por definição de suas possibilidades de ação? Como fazer uma ciência precisa do impreciso? Daí as alternativas de Figueiredo (1986): ou se faz uma Psicologia partindo do vivido em direção aos mecanismos transfenomenais, como realizariam a Psicologia da Gestalt, a Epistemologia Genética e a Psicanálise, caracterizando-se uma direção metapsicológica, ou se parte do cientificamente estabelecido, para se abordar em seguida o âmbito fenomenal, como procede o behaviorismo, numa linha parapsicológica.

A CONJUNÇÃO DOS DOIS MODELOS

Como estas coordenadas modernas operam na constituição do campo

psicológico? Primeiro, no balizamento tópico do campo, religando, de modos diverso em cada Psicologia, aquilo que a modernidade havia separado. É deste modo que em cada orientação do campo conecta-se um sujeito empírico e outro transcendental, uma imagem de homem e um conceito científico, e opera-se numa prática num amplo espectro entre o controle e o favorecimento da autonomia do indivíduo. Mas a constituição destas coordenadas a partir de uma modernidade prismática não se presta apenas a uma função tópica de descrição do campo, mas igualmente a uma função dinâmica de explicação de seu funcionamento, posto que elas se instalam como uma usina, uma máquina produtora de verdades e subjetivações a partir das práticas sociais. Portanto, ao Modelo histórico das modernidades prismáticas dado na partição e reaglutinação de seus personagens, segue o da Máquina de múltiplas capturas psicológicas, apto a enlaçar os domínios político, epistemológico e ético, devidamente cindidos. Se há uma hibridação que é crucial, esta é operada no interior da cisão entre Homem e Natureza, ao se produzir uma ciência humana, uma abordagem com modelos científicos de nossas práticas sociais. É esta forma de hibridação que permite as demais, permitindo o controle de nossas individualidades autônomas e a transcendentalização de nossas subjetividades empíricas. Uma mesma máquina múltipla reaglutinaria não apenas figuras cindidas, mas domínios separados através da busca de expurgo moderna. É deste modo que toda diversidade se produz e se sustenta no solo psicológico: algumas práticas sociais (domínio político) atingem a condição de verdade (domínio epistêmico), retornando daí ao espaço íntimo de nossos modos de subjetivação (domínio ético). Todos os saberes que passam por esta usina assim produzem a sua verdade e seus sujeitos. As ligações promovidas pela Psicologia no seio da modernidade são perigosas e múltiplas; trata-se de um agente hibridante elevado à máxima potência, ainda que busque constantemente a purificação na direção de uma das cisões modernas: ciência natural ou social; indivíduo autônomo ou controlado; subjetividade vivida ou transfenômica.

CONCLUSÃO

A constatação deste modo de funcionamento das PsicoLOGIAS nos retira de um juízo exclusivamente epistemológico, e nos propõe a conexão com os espaços políticos e éticos: como proceder a avaliação desta múltipla produção de sujeitos, contrária à

nossa ambição de unidade consagrada pela revelação de uma verdade universal do humano? A proposta aqui é simples: ao invés de enviarmos-nos do ideal impossível de verdade unificada, propõe-se sancionar do modo o mais livre possível a deriva histórica em que nos encontramos, mesmo considerando a potência produtiva da busca de entes purificados. Que conseqüências se produzem aqui?

Em primeiro lugar, não se almeja aqui excluir qualquer sistema ou escola presentes neste campo, mas ressaltar os que proporcionam uma maior compreensão e favorecimento desse processo de produção. E aqui os exemplos são muitos: A Psicologia histórica de Meyerson e Vernant poderia ser tomada como exemplar, especialmente se esta se voltasse para a própria Psicologia enquanto obra histórica do espírito, na qual se expressariam as funções psicológicas (percepção, pensamento, memória, etc), igualmente datadas e modificadas dialeticamente pela própria presença da “obra psicológica”. A etnolínica de Thobie Nathan (1996) poderia se configurar como um outro exemplo de como a psicanálise pode ser tomada de modo simétrico a outras práticas de cura oriundas de outras culturas; estas compartilhariam com a psicanálise várias posturas, exceção única feita à crença em entes espirituais invisíveis, recusados pela psicanálise. Para além das alternativas históricas e etnológicas, no cenário brasileiro pode ser observado o esforço de cunho mais filosófico de se pensar em uma clínica, e mesmo uma Psicologia, desprovida do ideal epistêmico da verdade como representação. Esta tem sido a marca de grupos como os núcleos de Subjetividade e de Singularidade do Programa de Psicologia Clínica da PUC de São Paulo, e do grupo Sujeito & Subjetividade da UFF/UFRJ, no Rio de Janeiro, e de setores do Instituto de Medicina Social e da Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ. Em todas as vertentes destes grupos, nota-se a busca de de outras parcerias que esvaziem a aliança epistemológica firmada pela psicologia desde suas origens. Desta forma, pensadores como Henri Bergson, Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Martin Heidegger, Emmanuel Lévinas, Friedrich Nietzsche, Richard Rorty e mesmo biólogos como Francisco Varela e físicos como Ilya Prigogine são convocados à cena.

Um segundo efeito a considerar seria a efetivação da história da Psicologia como analisador, não apenas de uma história das verdades psicológicas e suas condições de possibilidade, mas igualmente de seus efeitos, através de uma análise pragmática dos modos de individualização e e subjetivação gestados por cada teoria e prática psicológica. Uma análise genealógica das origens e uma análise pragmática dos efeitos produzidos.

Como terceira consequência, ressalta-se o próprio movimento de estranhamento originada por esta múltipla possibilidade de gestar verdades, sujeitos e práticas sociais. Todas elas na sua efetivação contemporânea apontam para diversas ontologias de nós mesmos (utilizando-se de um termo foucaultiano), recusando quaisquer moldes universais com que possamos nos agarrar e nos identificar. Este estranhamento de nós mesmos em nossa atualidade seria o principal efeito ético, estético e político: onde se busca natureza, essência e identidade só podemos encontrar desnatureza, dispersão e produção de formas cada vez mais livres nas correntes selvagens do devir. Somente pensando os restos históricos com que nos formamos, e, por fim, estranhando-os, podemos nos lançar nestas correntes do devir. Histórias de híbridos em que nos cindimos e nos remiscigenamos de diversos modos.

Talvez seu efeito maior buscado por este trabalho não esteja somente em sancionar múltiplas subjetividades mas uma subjetividade múltipla, ou no dizer de Rolnik (1995), uma subjetividade processual e heterogênea, apta a lidar de forma menos traumática com o “mal estar” causado pelo apontar sucessivo de diferenças contrárias às nossas identidades mais caras. Melhor será uma subjetividade marcada pelo próprio diferenciar-se. Ela jamais poderia ser caracterizada como preferível, normal ou modal, mas operaria de forma mais potente e menos viscosa com as máscaras com que nos fazemos momentaneamente sujeitos. Ela está na temporalidade com as demais máscaras, mas justamente daí tira sua força, jamais pondo-se na contramão do apego. A vida faz-se de mortes parciais. Deste modo esta subjetividade é o mais legítimo efeito de uma psicologia renovada pela imagem de uma máquina múltipla de capturas. Essas três figuras paralelas (subjetividade múltipla, psicologia temporalizada e máquina psicológica), realizam-se não só verdadeiras pelos efeitos, como outros processos quaisquer, mas por se posicionarem na processualidade, sendo pois, mais potentes que quaisquer outros. E resta somente a tentação de dize-las: mais verdadeiras.

Notas

* Professor Adjunto do Instituto de Psicologia da UFRJ e pesquisador financiado pela FAPERJ. Doutor pelo Programa de Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

¹ Procedimento que, segundo Peter Berger (1985), faz parte da condição essencial de possibilidade da psicanálise, ao segregar um domínio privado, apto a dar conta de nossas identidades mais caras, e um domínio público, onde operariam os controles sociais.

² Conferir O Tratado das Paixões (Descartes, 1972).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÉS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- BERGER, P. Para uma compreensão sociológica da Psicanálise. In: FIGUEIRA, S. (Org.). *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985. p.11-26
- BEZERRA, B. Subjetividade moderna e campo da psicanálise. In: BIRMAN, J. (Org.). *Freud, cinquenta anos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1989. p.219-239
- DESCARTES, R. O Tratado sobre as Paixões. In: ???*Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.
- FIGUEIREDO, L.C.M. *Epistemologia e psicologia*. Textos para o Programa de Psicologia Clínica da PUC-SP, 1996. (Mimeo)
- _____. *Modos de subjetivação no Brasil*. São Paulo: Escuta/Educ, 1995.
- _____. *Reflexões acerca dos projetos de psicologia como ciência independente*. Textos para o Programa de Psicologia Clínica da PUC-SP, 1986.
- _____. *Um capítulo na história do conhecimento científico: a metodologia experimental de caso único* Textos para o Programa de Psicologia Educacional da PUC/MG – PROPPG – XVII PROPES, 1985.
- FOUCAULT, M. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: DREYFUSS, H. , RABINOW, P. (Orgs.). *Michel Foucault na trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b.
- FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUSS, H, RABINOW, P. (Orgs.). *Michel Foucault na trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a.
- _____. *A história da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. Soberania e disciplina. In: MACHADO, R. (Org.). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p.179-191
- _____. *As palavras e as coisas*. Lisboa: Portugalá, 1966.
- LATOUR, B. As muitas vantagens de ser cartesiano. *Folha de São Paulo - Mais!* São Paulo, p. 3, 20 de dezembro de 1998.
- _____. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- NATHAN, T. Entrevista com Thobie Nathan. *Cadernos de Subjetividade*. n. 4, p. 9-19, 1996.
- RIBEIRO, F. Uma genealogia da psicanálise. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro. v. 45, n. 1/2, p. 177-186 , 1993.
- ROLNIK, S. *Guatari et le Brésil antropophagique*. Textos para o Programa de Psicologia Clínica da PUC-SP. São Paulo, 1995.
- VERNANT, J.P. *El individuo en la ciudad*. In: ???*Sobre el individuo*. Barcelona: Paidós, 1990. p. 25-46

ABSTRACT

The question of this article is to know why psychology, even considering itself scientific, has a multiplicity of orientations, without any winner, or any loser. This work searches for the constitution of models that explains this situation of psychology, without any epistemological judgement about its scientificity. The first model, descriptive and not historical, is the machine of multiple captures, which explains the multiplicity of psychologies, suggesting that all of it are the junction of social practices with scientific concepts producing like consequence kinds of different subjects. To explain this machine,

a second model is postulated to explain the historical conditions of this multiple captures in the modernity, when are invented divisions like: Man X Nature; Individual Self-governing X Individual Controlled; Subject Empirical X Subject Transcendental. All of these division are capable of new combinations, constructing new machines.

Keywords

History of Psychology; modernity; philosophy of Psychology.

Recebido em: 15/08/01

Aceito para publicação em: 21/12/01

E-mail: arleal@antares.com.br